

Kararaô vira Belo Monte, única concessão ao índio

Reuters

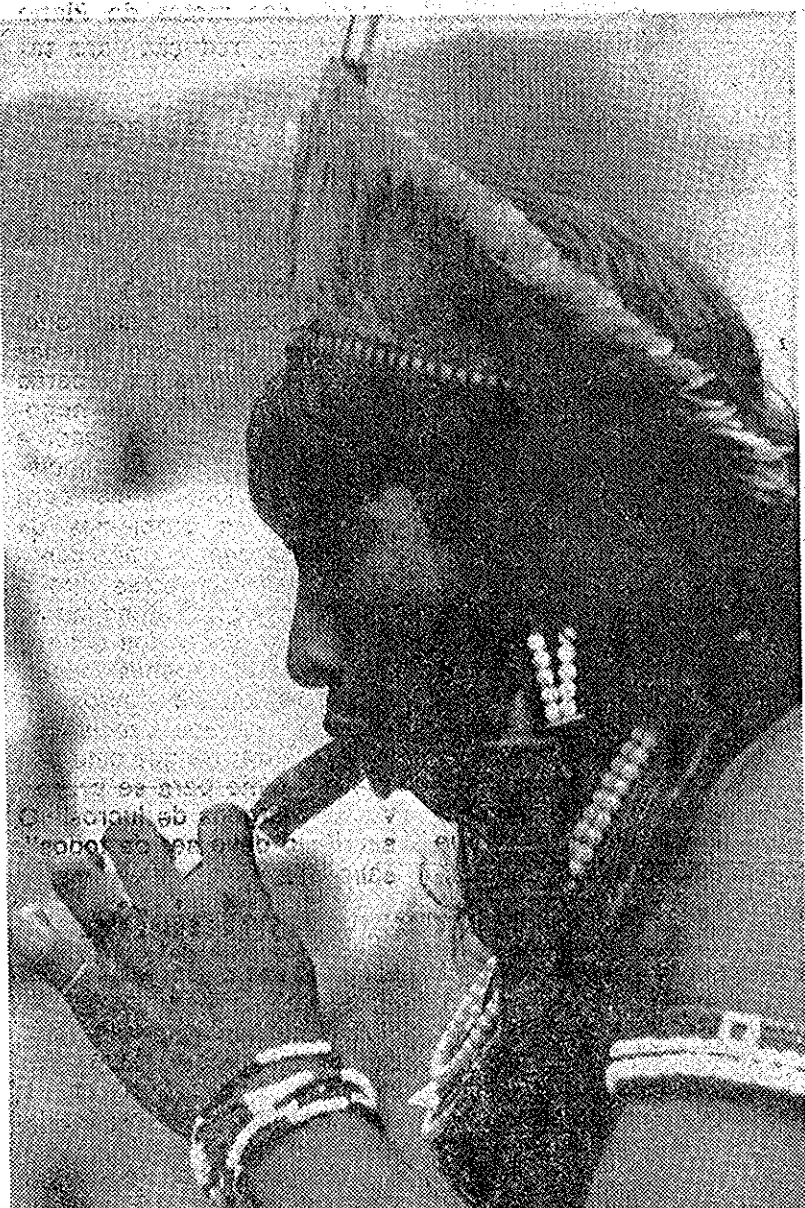
ALTAMIRA — A Eletro-norte decidiu rebatizar a Hidrelétrica de Kararaô (nome ofensivo aos índios Kaiapó) de Belo Monte. Esta foi a única concessão feita pelo órgão responsável pela construção da usina e que não pretende mais dialogar diretamente com os indígenas se seus representantes não se sentirem em segurança. Isso, devido ao incidente ocorrido na terça-feira, quando a índia Tuíra encostou o facão no rosto do diretor José Antonio Muniz Lopes.

Ontem, uma passeata de quatro mil pessoas atravessou mais de 20 quarteirões da cidade de Altamira, repudiando a construção da hidrelétrica. A manifestação, organizada pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) não contou com o apoio da prefeitura, que havia decretado ponto facultativo quando da passeata feita pela UDR. Da caminhada participaram a cacique Raoni e a atriz Lucélia Santos, além de 20 estudantes que levaram nos ombros uma cobra de papel laranja.

Durante as palestras de ontem, o ecologista José Lutzenberg, prêmio Nobel alternativo de Ecologia em 87, acusou o Governo Federal de estar praticando a internacionalização da Amazônia ao permitir que interesses econômicos estrangeiros sejam atendidos na exploração da floresta. Lutzenberg citou o Projeto Carajás como um exemplo de entrega ao exterior das riquezas naturais da região.

Ele defende a fórmula de conversão da dívida externa em projetos de defesa do meio ambiente, pois considera possível vender a conservação da natureza, principalmente da Amazônia, ao invés de vender a devastação das florestas.

Lutzenberg chegou ontem ao Encontro dos Povos Indígenas do Xingu e falou durante uma hora ao lado do cacique Davi Yanomani, Prêmio Global 500, concedido pelas Nações Unidas. O Banco Mundial também foi alvo de críticas áspers. Lutzenberg referiu-se ao banco como "entidade diabólica que se presta apenas para fazer dinheiro, com funcionários altamente corruptíveis que tiram totalmente a credibilidade da instituição".



Um índio da nação Kaiapó faz uma pausa para fumar o seu sorvete

Ação pela Cidadania

BRASÍLIA — Com três propostas iniciais de trabalho, foi instalado ontem o Secretariado da Ação pela Cidadania, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Brasília.

O movimento nasceu em São Paulo, no último dia 4 de janeiro, por iniciativa do senador Severo Gomes (PMDB-SP), do presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes e do presidente do Conselho Federal da OAB, Márcio Thomas Bastos, com o objetivo de "acompanhar", cobrar autoridades, denunciar publicamente bloqueios e atrasos na ação da Justiça, em casos considerados exemplares como o assassinato do líder sindical Chico Mendes e a luta pela sobrevivência da nação Yanomami.

As propostas, aprovadas ontem são as seguintes: mobilização imediata para a suspensão dos 19 decretos assinados pelo Governo demarcando a área Yanomami e apelar a retirada dos garimpeiros de Roraima e do Amazonas, mas com o cuidado de não transformar o ato em uma ação contra os agricultores. Segundo o deputado José Carlos Sabóia (PSB-MA), em outras ocasiões os camponeses foram prejudicados porque confundidos com garimpeiros.

A última proposta é a de fazer os yanomamis, que até o momento não foram consultados sobre a questão, e a sociedade em geral, pressionarem o Congresso a atuar e cobrar soluções do Governo.

O presidente da OAB, Márcio Thomas Bastos, que esteve no Ministério da Justiça na última quarta-feira, contou que o ministro Oscar Correa anunciou que cerca de 200 garimpeiros, alojados no Pico da Neblina, já começaram a ser retirados com o auxílio de tropas do Exército. "O ministro classificou a ação como uma operação de guerra", afirmou.

UNIFICAÇÃO

O Governo vai encaminhar, em meados de abril, para aprovação do Congresso Nacional, um projeto propondo a criação de uma legislação única sobre o meio ambiente. O projeto, que está sendo alinhavado na comissão executiva do Programa Nossa Natureza e na Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), prevê a unificação de toda a legislação brasileira de meio ambiente, hoje dispersa entre as atribuições dos extintos Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), além de outros órgãos.